



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**ALOCUÇÃO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
E MINISTRO DA DEFESA E SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO POR OCASIÃO DA ATRIBUIÇÃO
DO DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA EM DOUTOR DE FILOSOFIA
EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

“TIMOR-LESTE E A ASEAN: PERSPECTIVAS E DESAFIOS”

**2 de Abril de 2014
Universidade de Sabah, Malásia**

**Sua Excelência Tuan Yang Terutama Tun Datuk Seri Panglima (Dr.)
Haji Juhar bin Datuk Haji Mahiruddin, Chefe de Estado do Sabah**

**Sua Excelência Yang Amat Berbahagia Toh Puan Datuk Seri Panglima
Hajah Norlidah Datuk R.M Jasni**

**Honorável Datuk Seri Panglima Musa Haji Aman, Ministro Chefe do
Sabah, e esposa, Yang Amat Berbahagia datin Seri Panglima Datuk
Hajah Faridah binti Tussin**

Honorável YB Datuk Abd Rahim Bakri, Vice Ministro da Defesa

**Professor Datuk Dr. Mohd. Harun bin Abdullah, Vice-Chanceler da
Universiti Malaysia Sabah, e esposa, Yang Berbahagia Datin Baidah
Ibrahim**

Honoráveis Ministros de Estado e Federais da Malásia e Sabah

**Distintos convidados, Reitor e Oficiais Sêniores da Universiti
Malaysia Sabah**

**Conselho Representativo dos Estudantes da Universiti Malaysia
Sabah**

Membros da Imprensa

Senhoras e senhores,

Não posso deixar, em primeiro lugar, de expressar a honra que sinto em estar aqui hoje, perante tão ilustre audiência, para receber esta alta distinção universitária.

A Universiti Malaysia Sabah é uma prestigiada universidade que tem vindo a ganhar reconhecimento internacional. A UMS pode ser caracterizada por três palavras – Inovação, Relevância e Sustentabilidade –, sendo assim um espaço de saber por excelência.

É, portanto, para mim um enorme privilégio dirigir-me a este auditório e agradeço a generosidade do Conselho Científico da Universidade que

me elegeu para partilhar convosco os meus humildes conhecimentos. Os meus pontos de vista devem ser vistos, não no sentido estritamente académico mas antes, como tantos outros homens e mulheres no meu país, forjados na luta pela independência do país e, agora, no processo da sua construção enquanto Estado e Nação, e ainda no contexto do nosso relacionamento com o mundo.

O tema “Timor-Leste e a ASEAN: perspectivas e desafios” tem um especial significado para nós timorenses. Em Março de 2011, submetemos o nosso pedido formal de adesão à ASEAN, enquanto percurso natural, que começámos há muitos anos, não só para garantir o nosso desenvolvimento e estabilidade interna mas como forma de contribuir para a estabilidade regional, no espaço desta comunidade.

Senhoras e senhores,

Timor-Leste, metade de uma pequena ilha em forma de crocodilo e com um enclave na outra metade, está situado no grande arquipélago da Indonésia, de cerca de 17 mil ilhas, numa das quais está incrustada a própria Sabah. Como todos sabem, mais a Sul, Timor-Leste tem a Austrália e as ilhas do Pacífico.

Como em tantos outros países espalhados pelo mundo, fomos também nós, durante vários séculos, palco de dominação colonial. Os portugueses, já depois de terem conquistado Malaca, enviam uma frota à ilha de Timor com interesse nas riquezas da ilha, designadamente sândalo, mel e cera, datando a sua chegada de 1515.

No próximo ano vamos celebrar, com orgulho, no enclave de Oé-Cusse, os 500 anos da chegada dos portugueses a Lifau. Acreditamos que foi também deste encontro de civilizações e culturas que despontou o destino de um Povo, de um País e de uma Nação – com uma história e uma cultura únicas, na região!

Como todos sabem, depois da II Guerra Mundial, que também afectou Timor-Leste pela guerra que se instalou de 1942 a 1945, ao lado de descolonizações apressadas em vários pontos do globo começaram também a surgir guerras anti-coloniais.

E foi neste contexto que veio a Revolução dos Cravos, de 25 de Abril de 1974, em Portugal que permitiu aos timorenses assumir uma maior responsabilidade pelo seu povo e pela sua terra.

Neste ambiente tenso de descolonização e por causa das diferenças ideológicas, nós próprios iniciámos uma guerra civil de curta duração, provocando assim uma total ruptura no tecido social timorense.

E a 28 de Novembro de 1975, proclamámos unilateralmente a independência. Contudo, a 7 de Dezembro do mesmo ano, fomos brutalmente invadidos pela Indonésia, com a luz verde de várias potências ocidentais.

A invasão e as consequentes operações de conquista territorial foram um exercício de guerra total com efeitos catastróficos em todo o país, onde morreram centenas de milhares de timorenses. Durante mais de duas décadas, o povo timorense sofreu e lutou sozinho, sem nenhum apoio militar do exterior. As famílias, e em especial as mulheres e crianças, passaram por privações e abusos indescritíveis.

Também na nossa resistência foi operada uma viragem política, em fins de 1986, que veio consolidar os esforços de Reconciliação Nacional e posicionar Timor-Leste no novo cenário internacional. A nossa abordagem foi-se alterando, procurando estabelecer a única via possível para a paz, a via do diálogo com o país ocupante e opressor.

Esta percepção surgiu do próprio povo e da sua grandeza de espírito em conseguir perdoar e reconciliar. Timor-Leste queria assim contribuir para a então denominada “Nova Ordem Mundial”, rejeitando radicalismos de pensamento e extremismos de acção.

Começámos, como disse, a optar pela via do diálogo e a tolerância sobrepôs-se à vingança e o perdão ao ódio.

Os actos de solidariedade internacional alimentaram a Resistência e valorizaram os sacrifícios aceites pelo povo. O movimento democrático indonésio ia crescendo e aquando da crise monetária, em 1996-1997, no Sudeste Asiático, impulsionou as mudanças internas na Indonésia.

O Presidente Habibie abriu o “dossier” de Timor-Leste e em 5 de Maio de 1999, foi assinado em Nova Iorque o acordo que permitiu a realização de uma consulta popular, que deu voz a um povo pequeno entre dois grandes vizinhos, apoiados por países também poderosos, onde os direitos humanos, dos timorenses, dependiam antes dos interesses económicos, nomeadamente de negócios vitais como o petróleo.

O dia 30 de Agosto foi uma data marcante para os timorenses. Os resultados não deixaram dúvidas e vieram confirmar perante os cépticos e perante o mundo que a liberdade tinha sido escolhida por todo o povo há mais de duas décadas!

A alegria da vitória foi, no entanto, dilacerada pela violência exasperada de uns poucos que, beneficiando do bem-estar proporcionado pela ocupação, não aceitou a escolha democrática da maioria.

Senhoras e senhores,

A conquista da liberdade não foi, no entanto, o fim de uma luta para os timorenses. Foi antes o iniciar de um novo capítulo tão ou mais difícil que o de pôr o fim à guerra. Sabemos que a paz implica também que ao longo do tempo as feridas sejam saradas, também através de decisões e políticas pragmáticas que terminem não só com o ódio e desconfiança mas também com as dificuldades encontradas no dia-a-dia da população.

Com infra-estruturas destruídas, com recursos humanos escassos e sem experiência governativa, com o vazio de um quadro legal e sem instituições de Estado, tudo isto aliado a uma população sofrida, com famílias separadas, ou por convicções erradas ou pelas circunstâncias da violência - a construção do Estado timorense apresentava-se como um desafio imenso.

Timor-Leste foi alvo do carinho e da solidariedade internacional. Desde Setembro de 1999 até à restauração da Independência, a 20 de Maio de 2002, tivemos uma forte presença não só militar como política da Comunidade Internacional, incluindo do país irmão da Malásia, no desempenho de uma administração transitória do território, sob os auspícios da ONU.

Fomos começando a criar os quadros institucionais necessários e foram criados os partidos políticos, onze dos quais eleitos, que formaram a Assembleia Constituinte para redigir a Constituição da República. E, finalmente, em 20 de Maio de 2002, recuperámos a nossa soberania, o que significa termos em nossas mãos a capacidade de decidir sobre o futuro do povo e do país.

Porque viver em paz é viver livre de sentimentos corrosivos, viver reconciliado com os nossos inimigos e, principalmente, connosco mesmos, individual e colectivamente, uma das nossas primeiras medidas foi a reunificação de famílias e comunidades ao longo da fronteira.

Foi assim que o nosso povo perdoou os irmãos e irmãs timorenses que fugiram para a Indonésia e lhes pediu que voltassem, mesmo aqueles que tinham defendido e lutado pela integração, para juntos erguermos o país. E, é importante dizer, o povo timorense abraçou o desígnio de estabelecer uma relação de abertura e solidariedade com o povo indonésio, para que ambos pudessem prosperar.

Percebemos, também através das experiências de outros países em situação pós-conflito, que mantendo o ódio e a desconfiança no seio da nossa sociedade, não seria possível construir a Nação.

A reconciliação constitui um pré-requisito para a estabilidade nacional e esta constitui por sua vez um requisito para o desenvolvimento.

Estabelecemos a CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação), a primeira comissão de reconciliação criada na nossa região asiática. Fomos pioneiros na promoção dos Direitos Humanos, com um modelo que apura a verdade sobre as violências perpetradas e ajuda as pessoas a lidarem com essa verdade.

O povo da Indonésia e o povo de Timor-Leste adicionaram um novo capítulo na história da democracia do sudeste asiático. A Indonésia demarcou-se irreversivelmente do seu legado de governação autocrática e Timor-Leste iniciou o seu percurso de soberania e independência nacional. Os nossos povos escolheram a democracia, escolheram viver em Estados de direito e escolheram também percorrer o caminho do futuro em estreita cooperação e amizade.

Com o estabelecimento, em Bali, de uma Comissão da Verdade e Amizade, num esforço conjunto entre Timor-Leste e a Indonésia, foi possível reforçar ainda mais esta amizade e contribuir para a paz na região do Sudeste Asiático. Acredito que a nossa história comum e os difíceis processos que sofremos e ultrapassámos, possam servir de exemplo na região e no mundo, enquanto baluarte da paz e reconciliação.

As violações ou ofensas cometidas foram analisadas com muita coragem, especialmente por parte das vítimas, tendo assim podido iniciar uma relação de vizinhança próxima que em muito tem contribuído para o desenvolvimento de Timor-Leste. A Indonésia representa mais do que um vizinho próximo e solidário, é também um exemplo de estabilidade, de democracia e de crescimento económico que inspira Timor-Leste.

Senhoras e senhores,

Nestes doze anos como Estado soberano, podemos afirmar que o nosso Povo desfruta hoje de um ambiente de paz, segurança e estabilidade, que, associado a um processo de reformas estruturais nas nossas instituições públicas, permitiu estabelecer as bases para o arranque do nosso desenvolvimento económico.

Foi, no entanto, um processo complexo, com erros e retrocessos que tiveram que ser gradualmente corrigidos.

Entrámos num ciclo vicioso de conflitos em cada dois anos, a lembrar-nos que a paz é um bem extremamente delicado e que tem que ser muito bem cuidado. Foi necessário impor uma vontade política nas instituições do Estado para cooperarem entre si na busca de soluções, em que o diálogo permanente e genuíno e a cooperação entre todos os Órgãos de Soberania e a Sociedade Civil foram fundamentais para sair do ciclo vicioso de conflitos.

Mas conseguimos efectivamente pôr um fim a esse ciclo vicioso! Em 2009, ao celebrar o 10º aniversário da consulta popular, foi lançado o mote: “Adeus Conflito, Bem-vindo Desenvolvimento”. E o povo entendeu que não deveríamos permitir o derrame de nem mais uma só gota de sangue, por motivos políticos ou proveniente de divisionismos na sociedade.

Desde então, Timor-Leste tem vindo a assegurar uma permanente estabilidade, o que nos permitiu passar um bisturi de análise social, política e económica, sobre nós mesmos, mais uma vez, como uma nova realidade perante os desafios que o mundo globalizado nos exige.

Hoje temos as instituições do Estado a operar com a confiança de uma melhoria gradual e constante. Hoje, apesar de conscientes de que o nosso sector privado ainda está num estágio emergente, temos vindo a apoiar este sector, também no sentido de diversificar a nossa economia que não pode estar exclusivamente dependente do sector petrolífero.

Senhoras e senhores,

Temos vindo a crescer, registando 11,9% de crescimento médio anual desde 2007. O nosso Fundo Petrolífero conta agora com mais de 15 mil milhões de dólares americanos. Temos também vindo a desenvolver vários indicadores de desenvolvimento humano e a atrair cada vez mais o sector privado internacional, aproveitando relações privilegiadas que temos na região e no mundo.

Estamos a implementar o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011 - 2030, o qual fornece um quadro abrangente para transformar Timor-Leste num país com rendimentos médio-altos até 2030, com uma população saudável, instruída e a viver em segurança.

Fomos o primeiro país da Ásia e o terceiro no mundo inteiro a cumprir com a ITIE (Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas), o que significa que cada dólar proveniente das receitas petrolíferas é divulgado publicamente e que é feita a correspondência com os registos das companhias de recursos.

Estabelecemos uma Autoridade Nacional do Petróleo, a qual emprega algumas das mulheres e dos homens com mais qualificações académicas em Timor-Leste, e é responsável por gerir e regular as actividades petrolíferas nas zonas de jurisdição exclusivas de Timor-Leste, bem como na Área de Desenvolvimento Petrolífero Conjunto com a Austrália.

Estamos a criar um sistema financeiro altamente transparente, onde qualquer pessoa em qualquer lado do mundo poderá um dia acompanhar

a execução orçamental em tempo real, acompanhar o gasto das verbas de assistência internacional, acompanhar o aprovisionamento e, mais importante ainda, acompanhar os resultados.

Providenciámos pensões aos nossos veteranos, aos idosos, aos inválidos, às viúvas e aos órfãos, tendo também introduzido medidas semelhantes de justiça social para outros grupos vulneráveis, tais como as mulheres, as crianças e os jovens.

Adoptámos programas de desenvolvimento local para criar emprego e melhorar as condições de vida da população nas áreas rurais, em especial no que diz respeito à assistência na saúde, electricidade, água e saneamento e acesso a educação e a mercados, começámos também a construir bairros comunitários em diversos locais.

Concluimos o maior projecto de infra-estruturas da nossa história, ao construirmos uma rede nacional de electricidade com geração e distribuição no país inteiro.

Estamos também a iniciar um programa de infra-estruturas que visa providenciar bases para o futuro económico sustentável da nação, incluindo um novo porto nacional, melhorias significativas ao aeroporto, uma rede rodoviária nacional e o desenvolvimento alargado da nossa costa sul, a fim de se tornar um centro sub-regional para a indústria petrolífera.

Estabelecemos um Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano para desenvolver os recursos humanos da nossa nação e estamos a enviar estudantes um pouco por toda a Ásia e pelo mundo de modo a que possam adquirir as qualificações necessárias para a construção do nosso Estado.

Sabemos que o caminho é ainda árduo e temos consciência de que gerir correctamente as expectativas dos timorenses, sobretudo quando mais de metade da população tem menos de 25 anos de idade, é um exercício político que pede muita ponderação entre as necessidades imediatas e a visão do futuro! Mas estamos a avançar na direcção certa enquanto Estado e a definir também o nosso papel na Comunidade das Nações.

Senhoras e senhores,

A nível internacional vários são os desafios que se apresentam, como é o caso do processo de adesão formal à ASEAN mas também o de assumir a presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para o biénio 2014-2016, para a qual Timor-Leste quer contribuir mais activamente, imprimindo uma componente económica mais visível a esta comunidade.

Em Julho próximo, vai ser realizada em Díli a Cimeira da CPLP. Estes países que partilham um passado comum de convivência histórica, querem agora fazer face aos desafios que cada país enfrenta de uma forma colectiva mais dinâmica, com acções programáticas que resultem em benefícios sociais e económicos para as nossas populações.

Ao ser a primeira vez que Timor-Leste assume a seu cargo a Presidência da CPLP, sentimos necessariamente um enorme sentido de responsabilidade, mas também uma grande honra e empenho para trabalhar. Esta será também uma prova de fogo para aferir da nossa capacidade de organização, com vista à entrada na ASEAN.

Timor-Leste está estrategicamente localizado entre os países da CPLP e a ASEAN, a China e as Ilhas-Estado do Pacífico. No mundo de hoje, com a perturbação que agita a economia mundial, é relevante estar próximo do centro económico e financeiro global e explorar as suas potencialidades.

Tal como a ASEAN, a CPLP reveste-se de vários pilares que vão desde a cooperação institucional dos Estados às componentes sociais e cultural, nomeadamente da língua, da defesa e segurança, à economia. Timor-Leste está actualmente em condições políticas para promover uma discussão séria e honesta que leve a um plano de desenvolvimento económico sustentável dos seus Estados membros.

Queremos, no âmbito da nossa presidência, dar um novo rumo às nossas políticas, que têm que estar actualizadas com as exigências globais da humanidade, aproveitando também o nosso posicionamento estratégico na região do sudeste asiático, podendo fazer a partir daqui a ponte com a Europa, a África e América Latina.

Senhoras e senhores,

E estas considerações levam-nos para o foco internacional de apoio e trabalho com outros Estados frágeis espalhados pelo mundo. Uma parte importante disto é o trabalho com o grupo “g7+”, presidido por Timor-Leste, que reúne 18 países, desde as Caraíbas ao Pacífico, desde a África à Ásia.

Durante o nosso próprio processo de construção do Estado, reparámos que as agências de apoio internacional e as Nações Unidas desenvolviam abordagens erradas sobre o desenvolvimento dos países frágeis e saídos de situação pós-conflito. A Comunidade internacional estava manietada à política de ‘one size fits all’, e sentiam que podem ditar os destinos dos povos, sem terem em conta as especificidades e os ritmos necessários a cada processo de desenvolvimento.

A democracia, ao invés de ser vista como um processo social, tornou-se como que uma ciência exacta, como um fim em si mesmo, no qual as eleições são um elixir para todos os males.

Nós continuamos a ter dificuldade em chegar a um entendimento comum com os especialistas sobre a pobreza dos outros, que ainda têm que provar que os biliões anuais, gastos em assistência, reduziram de facto a miséria nem que seja numa pequena parte do mundo.

É revelador da incapacidade global de solução adequada dos problemas que afectam a humanidade, muito mais ainda quando, logo no início deste novo milénio, o mundo ficou comprometido com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Passados 14 anos, o que reparámos é que milhões e milhões de pessoas continuam a viver em extrema pobreza, padecendo de fome e doenças crónicas, tornando-as reféns fáceis da violência e dos conflitos.

Foi neste contexto que em Abril de 2010, Timor-Leste convidou vários países em situação pós-conflito e frágeis para uma Conferência Internacional sobre ‘Construção da Paz e Construção do Estado’. Em Díli, fomos já capazes de debater as nossas fraquezas e as nossas potencialidades, para assumir as respectivas responsabilidades de corrigir sistemas e mentalidades, a fim de se estar capaz de merecer uma nova

confiança por parte dos parceiros, que estariam assim comprometidos a respeitar as decisões de cada país.

Os países do 'g7+' sabem, às suas custas, que sem paz e estabilidade não é possível haver desenvolvimento. Nenhuma nação frágil ou afectada por conflitos conseguiu alcançar um só Objectivo de Desenvolvimento do Milénio.

Isto significa que não será possível erradicar a pobreza no mundo sem primeiro dar resposta às questões dos países frágeis e afectados por conflitos. Timor-Leste tem liderado na formulação de um "Novo Arranjo", apresentado no IV Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda Externa, em Novembro de 2011, em Busan.

Este "Novo Arranjo" foi aceite pelo Banco Mundial e pelo FMI, no contexto da definição das prioridades de ajuda internacional, respectivamente a cada país, onde o mecanismo é de habilitar cada um na liderança do seu processo.

Este Novo Arranjo está a ser considerado também pela ONU, na sua nova Agenda de Desenvolvimento pós-2015. Timor-Leste orgulha-se de ter a sua Ministra das Finanças, Emília Pires, como membro do Painel de Alto Nível que aconselhou o Secretário-Geral das Nações Unidas sobre esta agenda. Para ajudar este trabalho, no ano passado, Timor-Leste recebeu em Díli líderes de vários países do mundo, incluindo da Ásia-Pacífico e de África, numa Conferência Internacional sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

Um dos resultados das nossas discussões e deliberações foi o "Consenso de Díli", o qual estabelece as nossas prioridades e esperanças para a agenda de desenvolvimento pós-2015. Um dos aspectos importantes deste documento é que refere que precisamos de estabelecer um caminho credível, responsável e realista rumo ao desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

A ASEAN tem sido uma história de sucesso a nível internacional, estabelecendo uma região de paz, cooperação e desenvolvimento. Dado que Timor-Leste faz parte do Sudeste Asiático, não se coloca a questão **se**

Timor-Leste vai ser um membro de pleno direito da ASEAN mas, antes, **quando!**

O nosso pedido formal de adesão à ASEAN foi em 4 de Março de 2011, simbolicamente o ano em que a Indonésia assumiu a presidência da ASEAN. Este pedido foi acolhido na 19^a. Cimeira da Organização.

Desde o ano passado que tenho vindo a visitar oficialmente cada um dos países da ASEAN, acabando este périplo com esta visita oficial à Malásia, o último país que faltava. Todos os países visitados foram extremamente acolhedores e apoiantes da nossa integração.

Estabelecemos representações diplomáticas na Indonésia, Malásia, Tailândia, Singapura, Filipinas e Vietname e estamos no processo de abrir Embaixadas no Brunei Darussalam, no Camboja, Laos e Myanmar.

O Conselho de Coordenação da ASEAN estabeleceu um Grupo de Trabalho para discutir todos os aspectos relacionados com a aplicação (ACC Working Group) e, por via disto, o Secretariado para a ASEAN, em particular a Divisão do Pilar Económico, procurou o apoio do Banco Asiático do Desenvolvimento para conduzir um estudo e aferir da preparação de Timor-Leste. O principal objectivo foi analisar o impacto, as implicações e os desafios da candidatura de Timor-Leste e a adesão aos Acordos Económicos da ASEAN.

Estamos, neste momento, na fase de implementação das recomendações provenientes deste estudo. Irão seguir-se os mesmos procedimentos para a avaliação e futuro cumprimento de outros requerimentos necessários, nomeadamente do Pilar Político de Segurança e do Pilar Sociocultural.

Temos consciência das nossas limitações e dos desafios que nos são impostos para sermos uma mais-valia para a ASEAN. Contudo, sendo o país mais jovem e mais pobre desta região, Timor-Leste aposta na entrada na ASEAN como forma multiplicadora de oportunidades para o seu próprio desenvolvimento que, em última instância, beneficiará os países membros e a Comunidade no seu todo.

O nosso país e a nossa economia têm, gradualmente e ano após ano, vindo a crescer, tendo sido caracterizado como uma das dez nações

com um crescimento mais acelerado em todo o mundo, durante o ano 2011.

Os planos de investimento iniciados a nível de infra-estruturas básicas fundamentais, capacidade humana e desenvolvimento sectorial permitiram este crescimento, mobilizando a economia e acelerando o desenvolvimento humano, social e económico da jovem nação, respondendo também às preocupações levantadas por alguns países da ASEAN sobre a nossa capacidade de integração.

À questão, muito frequentemente levantada, sobre o que é que Timor-Leste tem para oferecer à ASEAN, eu responderia que, apesar dos desafios sobretudo do ponto de vista de recursos humanos e de ajustamento da nossa legislação à praticada pelos membros da associação, temos apenas uma história de 12 anos de edificação do Estado e de construção da Nação.

Fizemos progressos que não são formidáveis, por terem sido alcançados, mas por terem sido realizados em tão curto espaço de tempo, partindo de circunstâncias realmente difíceis.

Senhoras e Senhores,

Sendo membro e detendo a presidência da 69^a. Sessão da Comissão Económica e Social para a Ásia-Pacífico das Nações Unidas, compreendemos os grandes desafios que se colocam aos países menos favorecidos na região, em termos de infra-estruturas físicas, energéticas e de comunicação, que venham a reduzir as desigualdades sociais e o desequilíbrio económico regional em cada país e na sua relação com os vizinhos.

Timor-Leste está empenhado com a Indonésia e a Austrália, com vista a um acordo trilateral para um plano integrado de desenvolvimento triangular sub-regional, formado pelas ilhas das 3 províncias indonésias mais próximas, Timor-Leste e o Território Norte da Austrália.

Por outro lado, no novo paradigma de desenvolvimento que adoptámos, onde a pessoa deve ser o centro de gravidade dos nossos planos e acções, o enclave de Oécussi será uma Zona Especial de Economia Social e de Mercado. Esta será uma zona especial com uma

economia orientada para o mercado da região, na busca de perspectivas potenciais para se expandir para fora dela.

Colocámos a tónica da abrangência social já que o desenvolvimento económico apenas terá sentido quando beneficia a população. Apesar de a prosperidade económica ser um ingrediente fundamental para uma sociedade próspera, a construção de uma nação e o bem-estar de uma população não podem ser medidas unicamente através dos bens materiais a que tem acesso.

A equidade, o respeito mútuo, a justiça, a tolerância, os valores de não-interferência consubstanciam os princípios a ser seguidos pelas nações aderentes à ASEAN e que tem sido a fórmula do seu sucesso.

O desafio, que não será exclusivo a Timor-Leste, conforme percebemos, é o de adequar o seu sistema legal e jurídico, por uma maior harmonização de leis com as vigentes na Comunidade.

Senhoras e Senhores

A estabilidade regional não teria sido possível sem a formação de uma aliança política forte que veio gradualmente a transformar-se num bloco de integração económica, empregando a diplomacia como uma arte para o desenvolvimento comum. A ASEAN tem desempenhado um papel fundamental na garantia da segurança comum, neutralizando pontos de tensão que datam de muitas décadas, promovendo a paz e a estabilidade, com impacto para além da região em que nos inserimos.

Saudamos a assinatura do acordo de paz entre o Governo das Filipinas e a MILF, onde o Primeiro-Ministro Najib Razak, da Malásia, teve um papel preponderante.

Várias organizações e fóruns regionais de discussão, onde o instrumento do diálogo é um denominador comum, foram-se consolidando e institucionalizando e, neste momento, mais do que reflectir sobre o futuro, estão a moldar o futuro. A ASEAN, a APEC, a ARF, onde desde 2005 Timor-Leste é pleno participante e, mais recentemente, o Fórum de Democracia de Bali, o Diálogo de Shangri-La e o Diálogo Internacional sobre Defesa em Jacarta são bons exemplos.

Timor-Leste acompanha atentamente estes progressos e enquanto nação mais jovem da região, mas já com forte sentido regionalista, tem vindo a adoptar políticas públicas que encaixam neste quadro de desenvolvimento, começando, em primeiro lugar, por ter dado prioridade a políticas de reconciliação e promoção da segurança interna e estabilidade nacional.

Queremos contribuir activamente para diminuir o espectro de possíveis ameaças e a grande variedade de desafios que nos são apresentados, incluindo a gestão de ameaças transfronteiriças a nível de segurança, bem como cooperar no que se refere a assistência humanitária, auxílio a desastres, gestão ambiental e resposta as alterações climáticas.

O diálogo, a mais-valia da diplomacia, é a única arma que pode fazer face aos problemas do nosso tempo.

Por esta razão, partilhar os desafios da segurança na nossa região contribuirá para melhorar a confiança estratégica entre os países da região. Na conjuntura actual, a construção de confiança entre os países deveria ser o investimento mais importante e seguro do que a preparação para a guerra. Timor-Leste vê com preocupação a evolução do caso do mar do Sul da China e espera, com confiança, que a ASEAN possa contribuir para um relaxamento da tensão.

A China e os EUA são dois gigantes, com papel fundamental para o desenvolvimento próspero e seguro da Ásia-Pacífico no futuro. Uma relação positiva e de cooperação entre estas duas grandes potências é extremamente necessária para o desenvolvimento integrado e sustentável de todos os países, grandes e pequenos, desta região do mundo.

Nas questões estratégicas e de desafios marítimos na região, a coexistência pacífica e a superação de divergências exigem um esforço colectivo de cooperação, em que a defesa dos interesses de uma parte não signifique a sobreposição às expectativas legítimas de desenvolvimento de outras. A diplomacia – juntamente com a capacidade de defesa ponderadas – é fundamental para a preservação da paz e estabilidade, sempre que sustentada numa cooperação entre Estados, que defenda os interesses genuínos dos povos e não os interesses dos países e seus governantes.

Pequeno como o meu país é, não alimentamos desnecessárias ilusões de vir a contribuir grandemente na segurança marítima da região. Contudo, sabemos reconhecer a necessidade de cooperação activa com todos os que estão proximamente para além das nossas fronteiras marítimas.

Senhoras e Senhores

Timor-Leste está assim determinado neste projecto de adesão à ASEAN, que reúne claramente o consenso nacional. O estabelecimento da Comunidade da ASEAN, em 2015, com a concertação das nações sob o forte compromisso de desenvolvimento sustentável, de paz, estabilidade e prosperidade, é a via que Timor-Leste acredita e defende enquanto eixo fundamental da nossa política externa.

Vemos a ASEAN como uma comunidade dinâmica e unida, com líderes que assegurem os interesses colectivos das nações, orientados por considerações éticas, valorizando a assistência e não a dependência entre Estados. Timor-Leste, fruto da sua vivência e relacionamento com a Comunidade Internacional, sobretudo enquanto país receptor de assistência, vê na ASEAN um modelo de integração que preserva a emancipação dos seus países e a dignidade dos seus Povos.

Para terminar, e acreditando que o grande sucesso da ASEAN é baseado no mútuo respeito, sem pretensões de dominância ou paternalismo, Timor-Leste vê com agrado as observações críticas, em termos de preparação, para a sua adesão. Também o diálogo responsável, aberto e franco que é permitido neste processo, deixa-nos confiantes de que estamos a construir alianças estratégicas sérias. Do nosso lado, estamos empenhados em ultrapassar quaisquer obstáculos.

Tudo isto, senhoras e senhores, acrescenta um novo capítulo à história do sudeste asiático e oferece uma grande lição ao resto do mundo. Oferece, antes de mais, uma esperança para os países frágeis e subdesenvolvidos do mundo que ainda estão a percorrer o seu caminho na via para o desenvolvimento.

No xadrez geoestratégico da região do sudeste asiático, todas as peças contam. Mesmo as mais pequenas, com economias pequenas e

populações reduzidas. Não tanto pela sua capacidade militar, política ou económica mas antes pela estabilidade que podem viabilizar à região, até porque hoje todos sabemos que os principais agentes de ameaças surgem de actores, não necessariamente estatais, provenientes de países onde a pobreza e as desigualdades subsistem.

2 de Abril de 2014
Kay Rala Xanana Gusmão